



PALAFITAS DO BODE: PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL?

Eixo Temático 2 - Práticas de comunidades, grupos e indivíduos: processos de elaboração, identificação e preservação de referências culturais coletivas

Vanessa Maschio dos Reis

Arquiteta e Urbanista, mestra e doutoranda em Desenvolvimento Urbano UFPE, Brasil
vanessa.reis@ufpe.br

Letícia Teixeira Mendes

Arquiteta e Urbanista, Mestra em Engenharia Civil UNICAMP,
Doutora em Arquitetura, Tecnologia e Cidade UNICAMP/FA-ULisboa
Professora Adjunta do Departamento de Expressão Gráfica da UFPE, Brasil
vanessa.reis@ufpe.br

* A revisão do texto é de responsabilidade dos autores

RESUMO

Este artigo apresenta aspectos etnográficos, urbanísticos e arquitetônicos que compõem as Referências Culturais da comunidade pesqueira tradicional do Bode, no Recife, Pernambuco. O trabalho aborda a possibilidade de patrimonialização dos Lugares em âmbito nacional e municipal, conforme legislação vigente. A partir de um processo fenomenológico, participativo e colaborativo, amparado teoricamente pela fenomenologia do lugar em suas perspectivas material e imaterial, tendo como ponto de partida os estudos desenvolvidos por David Seamon (2013) sobre a fenomenologia do movimento, assentado pelo conceito de danças-do-lugar, como também pela abordagem apresentada por Norberg-Schulz (1976), em sua fenomenologia da arquitetura, que traduz a essência do lugar materialmente. Por meio da etnografia clássica que possibilita a visão patrimonial da comunidade em relação aos seus bens culturais, com a utilização de ferramentas qualitativas como entrevistas semiestruturadas, grupos focais e observação direta, esta pesquisa analisou as Referências Culturais de um território ainda não reconhecido como Patrimônio Cultural. O estudo considera que, para a Conservação dos Lugares, faz-se necessário compreender enquanto Referências Culturais os elementos espaciais, como tipo, tectônica, morfologia, assim como o movimento da vida, práticas socioculturais do espaço, para elaboração e composição de projetos de intervenção em territórios tradicionais, como no caso das comunidades que ocupam áreas ribeirinhas.

Palavras-Chaves: *lugares, referências culturais, palafita, comunidades tradicionais.*

ABSTRACT

This article presents ethnographic, urbanistic and architectural aspects that make up the Cultural References of the traditional fishing community of Bode, in Recife, Pernambuco. The work approaches the possibility of patrimonialization of the Places in national and municipal scope, according to the current legislation. From a phenomenological, participatory and collaborative process, theoretically supported by the phenomenology of the place in its material and immaterial perspectives, having as a starting point the studies developed by David Seamon (2013) on the phenomenology of movement, based on the concept of place-ballet, as well as the approach presented by Norberg-Schulz (1976), in his phenomenology of architecture, which translates the essence of the place materially. Through classical ethnography that enables the community's heritage view in relation to its cultural assets, with the use of qualitative tools such as semi-structured interviews, focus groups and direct observation, this research analyzed the Cultural References of a territory not yet recognized as Cultural Heritage. The study considers that, for the Conservation of Places, it is necessary to understand as Cultural References the spatial elements, such as type, tectonics, morphology, as well as the movement of life, sociocultural practices of space, for the elaboration and composition of intervention projects in traditional territories, as in the case of communities occupying riverside areas.

Keywords: *places, cultural references, stilthouse, traditional communities.*

1. INTRODUÇÃO: LUGARES DO BODE

Este artigo versa sobre a possibilidade de patrimonialização dos Lugares das comunidades pesqueiras tradicionais do Recife, em particular a Comunidade do Bode no bairro do Pina. Comunidades tradicionais⁴³ têm sofrido com a perda de seus territórios, costumes e valores em projetos de intervenção arquitetônica e urbanística, que deslocam ou não a comunidade de seu lugar de origem, com a prerrogativa de constituir espaços com boas condições de habitabilidade. Pesquisas acerca dos territórios ribeirinhos têm revelado, por meio de análises socioambientais, as profundas transformações no ambiente construído e nas tradições culturais das comunidades ali instaladas. É comum encontrarmos projetos e intervenções urbanas que substituem as construções preexistentes, não compreendendo a arquitetura e o urbanismo vernáculos como parte do Patrimônio Cultural destas comunidades. Esse artigo pretende dar um enfoque ao modo como as Referências Culturais que, tanto na arquitetura, como nos costumes cotidianos, formam a identidade das comunidades pesqueiras tradicionais e dos seus Lugares como Patrimônio Cultural Imaterial.

Compreender os lugares é o ponto-chave para identificar a relação entre as Referências Culturais e o espaço das comunidades tradicionais. O lugar tem sido objeto de estudo para os mais diversos campos de pesquisa, sendo constantemente observado por epistemologias distintas. Abordagens epistemológicas distintas, nesse caso, não necessariamente são contraditórias e suas aproximações podem servir para um entendimento ampliado do lugar, esse fenômeno de dupla natureza: material e imaterial.

Pensar nos lugares de um bairro, segundo Norberg-Schulz (1976), permite analisá-los sob o ponto de vista de sua estrutura por suas paisagens e assentamentos. Por esta perspectiva, há uma heterogeneidade de paisagens no bairro do Pina, no entanto as áreas ribeirinhas, ocupadas pelas comunidades pesqueiras, possuem elementos similares que compõem esses lugares. Para Carlos (2015), a paisagem urbana constitui-se do espaço construído e do movimento da vida, sendo o primeiro a materialidade que compõe a paisagem e o segundo exprime as dinâmicas do cotidiano das pessoas na cidade. Isso posto, a fenomenologia dos lugares das comunidades pesqueiras do Pina permite, por meio das formas, da materialidade e do seu conteúdo social, o movimento da vida, fazer a leitura inicial desse espaço a partir de como é observado (SEAMON, 2007).

Assim, como método para o entendimento do lugar enquanto patrimônio cultural imaterial, ou seja, a partir da visão dos sujeitos detentores do bem cultural, aplicou-se a etnografia clássica, baseando-se em visitas ao território com observação das práticas socioculturais e movimento da vida cotidiana, entrevistas semiestruturadas a partir do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) e grupos focais para o estabelecimento de consensos e dissensos entre os valores da comunidade investigada.

⁴³ Segundo o Decreto 6.040 de 2007, são constituídas por "grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição".

2. A PALAFITA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL

O Patrimônio Cultural⁴⁴ é protegido, no Brasil, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que informa as categorias da herança cultural do povo brasileiro que podem ser reconhecidas como tal e, desta forma, fazerem parte da política cultural de salvaguarda. O IPHAN reconhece como lugares “aqueles que possuem sentido cultural diferenciado para a população local, onde são realizadas práticas e atividades de naturezas variadas, tanto cotidianas quanto excepcionais, tanto vernáculas quanto oficiais” (IPHAN). Os lugares são entendidos, nesse contexto, como uma categoria do Patrimônio Cultural Imaterial, cujo pilar apoia-se na noção de Referência Cultural. Ainda que o sentido de lugar, nesta perspectiva patrimonial, esteja amparado nas práticas culturais enraizadas num determinado local, a aplicação do INRC implica, também, no registro das edificações, reconhecendo assim relevância do espaço arquitetônico para os lugares no âmbito do patrimônio.

Embora haja, no Brasil, diplomas legais que regulamentam a proteção do **Patrimônio Cultural Imaterial** (2000) e que regem a política de **Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais** (2007), sua regulamentação no âmbito dos instrumentos urbanísticos do município do Recife ainda não foi efetivada, apesar de alguns avanços. Boa parte dos territórios onde estão situadas as comunidades pesqueiras tradicionais são protegidos, em âmbito municipal, como Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), medida protetiva que reconhece o direito social da moradia nessas zonas. No entanto, a singularidade do modo de vida, das formas de fazer e das relações espaciais destas comunidades ainda carece de planejamento que reconheça essa relevância.

O Plano Diretor Municipal (2021) ressignificou a Macrozona de Ambiente Natural (MAN), estabelecida no Plano Diretor de 2008, em Macrozona de Ambiente Natural e Cultural (MANC), assegurando que as margens dos corpos d'água pertencem as zonas que compreendem “um recorte do território que revela significativa relação entre o sítio natural e os valores materiais e imateriais, consolidados ao longo do tempo e expressos na identidade do Recife, bem como pela presença das práticas de atividade pesqueira” (PCR, art 47, 2021). A regulamentação dos instrumentos do Plano Diretor 2021 prevê a aglutinação da Lei de Uso e Ocupação do Solo com a Lei de Parcelamento em um único regulamento: a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, que está renomeando as antigas Zonas Especiais de Patrimônio Histórico (ZEPH) em Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio (ZEPP), incluindo agora um Setor de Preservação do Patrimônio Imaterial (SPPI). Os principais objetos de preservação deste setor são “lugares de importância estratégica para a salvaguarda de referências culturais relevantes para a memória e a identidade da cidade” (PCR, 2019, p. 26). Tais modificações na legislação municipal acenam para uma possível incorporação dos bens culturais dos territórios pesqueiros tradicionais como mais valia ao planejamento urbano e arquitetônico do Recife.

Um olhar sobre o impacto que o planejamento urbano e arquitetônico teve sobre a urbanização das áreas ribeirinhas em Recife (locais em que estão situadas as comunidades pesqueiras tradicionais) nos revela, entretanto, que as relações entre espaço e Referências Culturais não

⁴⁴ A Constituição de 1988, em seu artigo 216 informa que o patrimônio cultural brasileiro é formado pelos “bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.”

têm sido adequadamente inseridas como diretrizes dos projetos urbanísticos e arquitetônicos, uma vez que esses locais não são reconhecidos como Patrimônio Cultural. A consequência disso é que boa parte destas comunidades são transferidas de lugar e reassentadas em locais que não permitem a perpetuação de suas tradições, especialmente por estarem distantes de seus vínculos históricos comunitários. Na maioria das vezes, os sujeitos transferidos de local (ou deslocados) acabam retornando para seus lugares de origem, ainda que isso signifique voltar para condições de baixa habitabilidade, de precariedade e de insalubridade. Isso porque, mesmo que ofereça vulnerabilidade socioambiental, o lugar de origem é o local onde os sujeitos possuem vínculo de identificação com o espaço, bem como é onde conseguem manter suas práticas socioculturais de espaço em concordância com a sua subsistência.

As políticas de provimento de habitação social têm se valido, na maior parte das vezes, numa abordagem relativa aos problemas de natureza socioambiental, devido às condições de pobreza, insalubridade, precariedade das edificações e vulnerabilidade ambiental (NEVES; MARIZ, 2013) destas comunidades, atribuindo à aniquilação do tipo arquitetônico palafita a solução para os problemas supracitados. Isso ocorre porque a sociedade, em geral, tem imputado valores negativos a este tipo, conforme observamos na Figura 01, não reconhecendo-o como uma forma de construção sustentável e identitária dos territórios ribeirinhos.

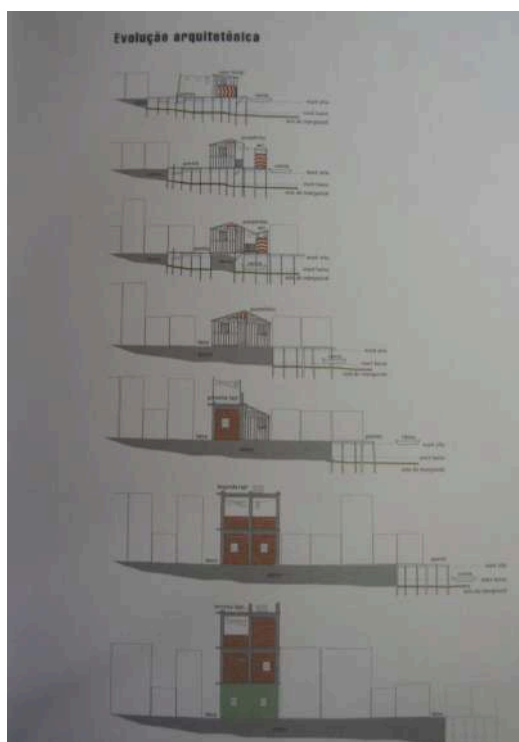
Figura 01. Recorte de anúncio em jornal da década de 1990



Fonte: Arquivo Público de Pernambuco

As palafitas são construções materiais, situadas entre água e terra, que surgem como solução pelas comunidades ribeirinhas diante da falta de terrenos e recursos. Também são parte de um processo construtivo onde, inicialmente são compostas por uma combinação de restos de materiais de construção, que ganham território por meio de gradativos e sucessivos aterros e compactação do solo, podendo constituir-se em edificações de maior solidez, como podemos observar o esquema de evolução arquitetônica da Favela da Maré, Rio de Janeiro, na Figura 02.

Figura 02. Evolução arquitetônica das palafitas.



Fonte: Maré Vida na Favela, 2002

Ainda que a fragilidade das construções em palafitas seja um entrave para a sua conservação tal qual se constituem, abordar o tipo como referência cultural pode compor, no caso de intervenções arquitetônicas e urbanísticas, uma solução espacial compatível com o ambiente ribeirinho e com a preservação da cultura imaterial e identidade das comunidades pesqueiras tradicionais.

Figura 03. Moradia de famílias de pescadores e marisqueiras em palafita no Bode.



Fonte: Ingrid Farias, 2023.

3. AS REFERÊNCIAS CULTURAIS DA COMUNIDADE DO BODE

É urgente a demanda das comunidades pesqueiras pela regularização e reconhecimento dos seus territórios no Recife. Membros das comunidades de Brasília Teimosa, Bode, Caranguejo Tabaiaras, Coelho, Coque, Ilha de Deus, Vila da Imbiribeira, Vila São Miguel, Vila Tamandaré, Ponte do Limoeiro e Espaço Ciência fizeram um encontro em setembro de 2017, no Memorial de Medicina de Pernambuco, às margens do Rio Capibaribe, onde conceberam **a Carta dos Pescadores e Pescadoras na Luta em Defesa de Direitos e Territórios Pesqueiros Tradicionais**. Essa mobilização surgiu com a intenção de assegurar o direito de viver da pesca, modo de vida tradicional que herdaram de seus antepassados, cuja continuidade está em risco diante das constantes perdas de acesso aos seus territórios, devido tanto à especulação imobiliária, quanto à poluição das águas, entre outros fatores.

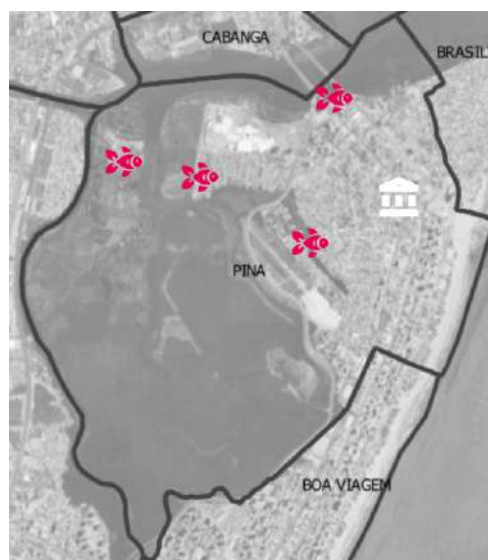
Figura 04. Localização das Comunidades Pesqueiras do Recife.



Fonte: Elaboração própria, sobre imagem de satélite do GOOGLE EARTH PRO (2019).

Das comunidades citadas, Bode e Ilha de Deus situam-se no bairro do Pina, localizado na zona sul da cidade do Recife, constituído como uma planície fluviomarinha que possui extenso manguezal, protegido por seus atributos ambientais, e cujos aterros realizados ao longo dos anos possibilitaram sua ocupação. Segundo a Prefeitura da Cidade Recife (PCR), a área territorial do Pina compreende 629 ha, estando assentada uma população de quase 30 mil habitantes (IBGE, 2010).

Figura 05. Comunidades Pesqueiras do Pina: Bode, Ilha de Deus, Beira-Rio e Vila da Ponte.



Fonte: Elaboração própria, 2021.

Apesar das inúmeras transformações socioespaciais ocorridas nas últimas décadas, atualmente a pesca ainda faz parte da paisagem e do cotidiano dos moradores e moradoras do Pina, especialmente nas Comunidades do Bode e Beira Rio, que ainda possuem habitações em palafitas. São vários os homens e mulheres que se vinculam ao trabalho da pesca artesanal nestas comunidades, seja na função de captura, seja como filatedoras/es, descascadoras/es, separadoras/es, limpadoras/es e vendedoras/es, atividades essenciais na cadeia produtiva do pescado. Embora a pesca seja elemento fundante da história local, persiste a necessidade de maior reconhecimento da relevância das suas referências culturais, fomentadas pelas tradições e pelos ofícios pesqueiros na localidade, corroborando para a perpetuação da identidade ancestral de pescadores e pescadoras.

Figura 06. Atividade de cata do sururu no interior das palafitas.



Fonte: Ingrid Farias, 2023.

Para identificação das referências culturais dessa comunidade, foram sendo entrevistados homens e mulheres: pescadores, pescadoras e marisqueiras, até ser atingido o ponto de saturação, formando o corpus da pesquisa (BAUER, GASKELL, 2005 P. 39). A saturação chegou com 18 entrevistas, dos quais 8 eram mulheres e 10 eram homens. A análise clássica de conteúdo revelou como referências culturais desta comunidade a importância das atividades pesqueiras para a formação e ocupação do lugar. Cabe registrar a fala de uma pescadora palafiteira P. D. S. F. quando indagada sobre se haviam danças típicas da comunidade pesqueira: *“Não tem... ah, tem sim: o pescador dança a dança da maré”* que revela profunda simbiose na relação homem-natureza. Quando questionados se a palafita é um patrimônio cultural, é importante registrar o pensamento de um dos pescadores palafiteiros, T.N.S. informa que *“A palafita é sim um patrimônio cultural, financeiro das pessoas carentes. (...) Se não fosse através das palafitas, a cultura pesqueira não teria seguimento. Então pode se considerar, e muito, um patrimônio cultural da sociedade pesqueira.”* Quando questionados se poderiam demolir as palafitas, os palafiteiros argumentam que são construções indignas de moradia, e que sim podem ser demolidas. Assim foram evidenciadas contradições na forma de pensar sobre a permanência e conservação das palafitas como um patrimônio cultural. No entanto todos sujeitos entrevistados confirmam que o Bode é uma comunidade tradicional pesqueira e que a palafita é parte do modo de vida desta comunidade.

Passada a fase das entrevistas, constituíram-se dois grupos focais para debater a questão da palafita como patrimônio cultural imaterial de maneira participativa e colaborativa, bem como outras temáticas emergentes, que dizem respeito à conservação, importância e significado da natureza à manutenção das práticas tradicionais pesqueiras, bem como a respeito do tratamento e destino dos resíduos sólidos provenientes da pesca. No primeiro dia, participaram 12 homens, no segundo dia 24 mulheres acompanhadas de suas crianças. As dinâmicas de grupo constituíram-se em quatro etapas: a primeira com a discussão dos limites e potencialidades das palafitas, da natureza e dos resíduos pesqueiros, cujo propósito foi a construção de uma reflexão coletiva crítica sobre estes assuntos. Na segunda etapa foram apresentadas as imagens de satélite em três escalas: Cidade do Recife, Bairro do Pina e Comunidade do Bode, para identificação das moradias, dos locais de trabalho, dos lugares mais importantes e afetivos da cidade, do bairro e da comunidade. Na terceira etapa, foi apresentada uma planta com o Projeto de Urbanização do Rio Pina para a Comunidade do Bode, elaborado pela PCR em parceria com uma empresa consultora, momento no qual foram avaliados os equipamentos propostos no projeto, a intervenção proposta para o local remanescente da remoção das palafitas, além de serem discutidos equipamentos essenciais para a perpetuação das práticas pesqueiras no seu lugar de origem. Por fim, na última etapa foram apresentadas reflexões arquitetônicas, urbanísticas e patrimoniais sobre construções palafíticas em todo mundo, e sua sensibilização quanto às questões do tipo e uso dados a essas construções.

Após a conclusão da última etapa, foi lançada a pergunta final: “As Palafitas do Bode são um Patrimônio Cultural?”. Impactados com as reflexões e com as possibilidades de constituição material das palafitas, alguns pescadores e marisqueiras adiantaram-se em responder que sim, no entanto, visto que a dúvida se manteve entre os presentes, a equipe de pesquisa solicitou para que estes levassem as reflexões e o entendimento do grupo focal para discussão com membros da comunidade que não estavam presentes, e que numa nova etapa e equipe de pesquisa retornará a campo para concluir esta investigação.

Figuras 07 e 08. Dinâmica proposta nos dois grupos focais: homens e mulheres



Fonte: Ingrid Farias, 2023.

Vale destacar que as oficinas corroboraram para o reconhecimento como Referências Culturais de grupos culturais locais a saber: Maracatu Encanto do Pina, Maracatu Nação Porto Rico, Bloco Carnavalesco Banhistas do Pina, Bloco Carnavalesco Tubarões do Pina, Livroteca Brincante do Pina e Coletivo Pão e Tinta. Para além disso, quando questionados sobre os lugares mais importantes da comunidade, mulheres e homens apontaram o Porto de Pescados do Bode. No entanto, as mulheres ainda indicaram suas próprias moradias, quer sejam palafitas ou edificações consolidadas em alvenaria, como os lugares mais importantes da comunidade. Isso parece acontecer pois estas construções conjugam moradia e trabalho, já que as atividades pesqueiras das marisqueiras são terrestres e acontecem no interior ou na frente das suas moradias.

Figura 09. Marisqueira e suas crianças presentes no Porto do Bode.



Fonte: Ingrid Farias, 2023.

4. FENOMENOLOGIA DO LUGAR E A IMINÊNCIA DO ANIQUILAMENTO DA ESSÊNCIA DO LUGAR PELO PROJETO DE URBANIZAÇÃO DO RIO PINA

O ser humano, em sua existência cotidiana, se encontra em um estado de atitude natural, que é a despercebida aceitação das experiências cotidianas e das coisas tal como elas se apresentam no mundo (SEAMON, 2013). “Imersas na atitude natural, as pessoas normalmente não examinam o mundo vivido ou mesmo reconhecem sua existência” (p. 6). Uma vez que a fenomenologia busca as estruturas essenciais da experiência humana, por meio da redução fenomenológica, que é uma mudança de perspectiva, o fenomenólogo lança o olhar ao mundo vivido, onde os atos e as coisas despercebidas na atitude natural serão, agora, tematizados e feitos tópicos de análise (SEAMON, 2013).

O fenômeno do lugar, então, se presta a essa observação pormenorizada em busca de suas essências. Por isso, Norberg-Schulz e David Seamon discorrem sobre o lugar por perspectivas fenomenológicas distintas. Embora ambos os autores utilizem a fenomenologia existencial como corrente, o direcionamento dado à experiência do fenômeno do lugar por Norberg-Schulz versa sobre a percepção das características espaciais de um lugar, enquanto Seamon ocupa-se do movimento cotidiano das pessoas na vivência dos espaços.

A fenomenologia do lugar proposta por Norberg-Schulz estabelece uma forma de compreender a essência da arquitetura do lugar, de como a materialidade deste espaço é percebida. O

espaço evidenciado por suas características tectônicas e cênicas é o local para onde a atenção é dirigida. Norberg-Schulz destaca, ainda, a relevância que elementos arquitetônicos como paredes, portas e janelas podem ser interpretados como fronteiras, enquadramentos e horizontes. Ele sugere que os lugares sejam classificados quanto à sua estrutura como paisagem e assentamento, oferecendo categorias analíticas como espaço e caráter, nas quais “o detalhe explica o ambiente e manifesta sua qualidade peculiar” (in NESBITT, 2006, p. 443), celebrando atributos ligados à materialidade. Ao invocar o local e a tectônica, essa abordagem fenomenológica desperta qualidades sensoriais da luz, da cor e das texturas próprias da arquitetura. Ao conceituar o lugar, o autor se refere, portanto, a uma totalidade constituída de coisas concretas, que possuem substância material, forma, textura e cor, compondo uma qualidade ambiental – qualidade esta que ele chama de essência do lugar.

David Seamon, por sua vez, analisa os movimentos cotidianos dos sujeitos em seus lugares significativos. Por meio de uma geografia fenomenológica, ele explora o movimento cotidiano do corpo no espaço, observando como movimento, descanso e encontro podem ser condicionados por características e por configurações espaciais. As trajetórias, em movimentos realizados por sujeitos, revelam facetas de seu pertencimento aos lugares e esses movimentos figuram o que ele denomina de danças-do-lugar: movimentos rotineiros do dia-a-dia, por vezes não percebidos pelas pessoas, mas que são características fortes que dão identidade ao lugar. São esses deslocamentos cotidianos que traduzem o modo-de-vida e as formas de fazer características das comunidades pesqueiras tradicionais, constituindo-se como manifestações imateriais do lugar. Seamon (2013, p. 15) afirma que, por meio

de padrões habituais de encontro no tempo e no espaço, uma área pode se tornar um lugar, dividido pelas pessoas que lá entram em contato espaço-temporal. O dinamismo deste lugar é largamente proporcional ao número de pessoas que dividem este espaço e, deste modo, compartilham seu tempo e vitalidade.

Portanto, o lugar enquanto fenômeno pode ser observado tanto a partir de sua concreticidade, pela fenomenologia da arquitetura elaborada por Norberg-Schulz, quanto como suporte para coreografias rotineiras desenvolvidas pelos sujeitos, por meio da fenomenologia do movimento formulada por David Seamon.

As rotinas espaço-temporais da comunidade tradicional pesqueira do Bode incluem os movimentos terrestres de saída dos pescadores de suas moradias em direção ao Porto onde ficam ancoradas as suas baiteiras; o transporte do pescado, feito por bicicleta ou carrinhos-de-mão, entre o porto e a moradia das marisqueiras para separação e cata; o movimento dos pescados entre a moradia das marisqueiras e os locais onde o pescado é pré-cozido. Tudo isso acontece em consonância com os movimentos e temporalidades das marés. Estes movimentos conferem a dinâmica e a vitalidade cotidiana atual dos becos e vielas da Comunidade do Bode. Também pode-se afirmar que foi o somatório destes movimentos cotidianos que, historicamente passaram pelo mesmo lugar e configuraram a formação e constituição urbanística do local. Os percursos históricos dos pescadores entre sua moradia e a maré do Rio Pina deram forma material ao lugar. Em relação à arquitetura, tudo o que é construído: ou é palafita, ou já foi palafita, ou ainda relativo às construções mais antigas foi mocambo.

Figura 10. Projeto de Urbanização do Rio Pina



Fonte: URB Recife, 2023.

Com o argumento de atender às temáticas emergentes relativas às mudanças climáticas, a PCR elaborou o Projeto de Urbanização do Rio Pina, que pretende urbanizar as margens do referido rio e, entre outras coisas, remover mais de 950 famílias de suas moradias, quer sejam palafitas, quer seja construções consolidadas em alvenaria. Parte destas famílias a serem removidas serão reassentadas a cerca de 5 minutos de caminhada do local de origem, em 600 unidades habitacionais do Conjunto Habitacional Encanta Moça I e II. Em todas as reuniões de apresentação do Projeto para as comunidades, permaneceu uma pergunta no ar: Para onde irão as famílias que não forem contempladas? Além de a conta da moradia não fechar, este projeto foi elaborado sem considerar a forte presença da comunidade pesqueira no local, bem como as redes de relações socioculturais existentes entre a pesca e a beira da maré.

Figura 11. Paisagem e Ocupação das Margens do Rio Pina



Fonte: Ingrid Farias, 2023.

Atualmente a paisagem do Rio Pina é formada por palafitas de pescadores e marisqueiras que possuem seus portos individualizados. Todavia, o referido projeto prevê a retirada de pescadores e marisqueiras desta paisagem, com a introdução de um novo elemento estranho ao lugar: o carro. O movimento do automóvel é priorizado como novo elemento constituinte desta paisagem, uma vez que há a construção de duas vias marginais, e o movimento cotidiano de pescadores poderá ser aniquilado. Embora a PCR afirme se tratar de uma via-parque, com a construção de ciclovia, pista de *cooper*, redário, parques infantis e academias públicas, para além das vias marginais, a comunidade não se vê reconhecida e valorizada em tal projeto, que

prioriza a conexão entre um Shopping Center existente no bairro e terrenos que serão leiloados pela PCR para a especulação imobiliária.

5. A CONSERVAÇÃO DO LUGAR E O TIPO PALAFÍTICO

A constituição de lugares se faz por meio de referências culturais, que são tanto as práticas socioculturais de espaço, seus ofícios, modos de fazer e celebrações, quanto o ambiente construído ao qual estão relacionados. Entende-se que as intervenções arquitetônico-urbanísticas que não levam em consideração as referências culturais dos lugares estabelecem rupturas que impactam diretamente no modo de vida das comunidades tradicionais pesqueiras, podendo colocar em risco a perpetuação de suas tradições, com a perda de seus valores sociais, estéticos e históricos e o consequente aniquilamento do lugar.

Nos parece que as bordas d'água, para essas comunidades, devem ser pensadas como amparo aos usos piscatórios que fazem parte do cotidiano de marisqueiras e pescadores. Pequenos portos para as embarcações, edificações de apoio lindeiras às bordas d'água e a proximidade das moradias dos homens e mulheres que trabalham diretamente com a pesca, bem como a presença das suas crianças nestes lugares, podem fortalecer sua identidade, bem como a transmissão de suas tradições orais, ao valorizar a sua cultura e preservar sua presença histórica nestas paisagens.

A palafita, como tipo arquitetônico, parece carregar, em si, as referências espaço-culturais destas comunidades pesqueiras, que persistem mesmo em projetos 'exitosos' que pretendem sua erradicação. A compreensão do tipo como referência cultural, adicionada ao controle e a vigilância social na criação de lugares entre água e terra, parecem essenciais para a manutenção da cultura piscatória e dos cuidados ambientais em projetos de intervenção espacial em áreas ribeirinhas.

Para além de estudos etnográficos, estudos morfológicos e fenomenológicos dos lugares podem apontar, então, aspectos socioculturais e espaciais a serem utilizados como elementos projetuais e, em consonância com a lógica socioespacial existente, permitirão pensar propostas e espaços mais adequados ao modo de vida das comunidades, compatíveis com a conservação dos lugares existentes e com a construção de novos lugares. Tipo, tectônica, morfologia e práticas de espaço são elementos constituintes do lugar e ancoram sua essência, dispendo-se então como parte das referências culturais destas comunidades tradicionais pesqueiras.

REFERÊNCIAS

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Editora Vozes Limitada, 2005.

CARLOS, Ana Fani. **A cidade**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Livro de Registro dos Lugares. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/122> Acessado em: 23 de fevereiro de 2023.

NEVES, Norah; MARIZ, Daniela Lira. **Construção de uma metodologia de intervenção para a política pública habitacional**: o processo de transformação da ZEIS Ilha de Deus em Recife, Brasil. Anais ENANPUR, v. 15, n. 1, 2013.

NORBERG-SCHULZ, Christian. O fenômeno do lugar. **Uma nova agenda para a arquitetura**: antologia teórica. Cosac Naify, 2006.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Recife**: Caderno de propostas. Volume 1. 2019. Disponível em: <https://planodiretor.recife.pe.gov.br/index.php/plano-de-ordenamento-territorial> Acessado em: 23 de fevereiro de 2023.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Plano Diretor do Município do Recife**. Lei Complementar no. 2, de 23 de abril de 2021. Disponível em: <https://planodiretor.recife.pe.gov.br/index.php/plano-de-ordenamento-territorial> Acessado em: 23 de fevereiro de 2023.

SEAMON, David. **A lived hermetic of people and place**: Phenomenology and space syntax. In: Proceedings, 6th International Space Syntax Symposium. 2007. p. iii-1-iii-16.

SEAMON, David. **Corpo-sujeito, rotinas espaço-temporais e danças-do-lugar**. Geograficidade, v. 3, n. 2, p. 4-18, 2013.

VARRELLA, Drauzio et al. **Maré, vida na favela**. 2011.

Catálogo na Publicação
Biblioteca do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

C749 Congresso Patrimônio Cultural: identidades e imaginário (2023 : São Carlos, SP)
Anais do Congresso Patrimônio Cultural: identidades e imaginário, 08 a 10 de maio de 2023 / editores: Paulo César Castral... [et al.]. – São Carlos-SP: IAU/USP, 2023.
463 p

ISBN: 978-65-86810-65-3

1. Arquitetura. 2. Patrimônio cultural. 3. Patrimônio arquitetônico. 4. Urbanismo. 5. Pesquisa. I. Castral, Paulo César, ed. II. Título.

CDD 720.63
